



II COPSUL

Pelotas | Rio Grande 2026

**Relatório dos objetivos produzidos pelos eixos temáticos
durante a segunda COPSUL**

Sumário:

Lista de objetivos urgentes.....	1
Lista de objetivos importantes.....	6
Consulta cidadã.....	8

Objetivos Urgentes

EX1.1 Diagnosticar iniciativas já existentes no campo da transição energética, visando uma articulação em rede para replicá-las ao contexto local, promovendo desenvolvimento sustentável de forma crescente.

EX1.2 Buscar fomento para participação popular permanente, para democratizar as decisões tomadas com subsídios da ciência em relação a transição energética.

EX1. 3 Promover a transição energética justa no estuário da Lagoa dos Patos em terra via Recursos Energéticos Distribuídos (DERs) em pequena escala, preservando a economia local.

Implementar micro e minigeração (solar/eólica) para atender comunidades locais.

Proteger os territórios tradicionais e potencializar a atividade pesqueira, povos e comunidades tradicionais e o turismo local.

Garantir a Consulta Prévia, Livre e Informada (OIT 169) e a participação pública.

EX1. 4 No escopo da segurança e resiliência energética priorizar projetos de sistemas de armazenamento de energia (SAE) integrados a fontes renováveis de energia para garantir a segurança energética e resiliência de serviços públicos essenciais.

Assegurar energia ininterrupta para vacinas e medicamentos que precisam de energia para refrigeração e atendimentos de emergência em apagões causados por eventos climáticos extremos.

EX2. 5 Realizar a gestão pública e privada nas ações para garantir a representatividade das comunidades tradicionais e sustentabilidade (organização de políticas públicas de forma efetiva e inclusiva). Planejamento urbano e zoneamento ambiental (demarcação de áreas, plano diretor atualizado, diagnósticos e planos de manejo), restauração ecológica no território. Desenvolvimento territorial envolvendo a questão socioeconômica (geração de emprego e renda, geoturismo, agricultura familiar, Agroecologia), ambiental, histórica, cultural, de pesquisa e extensão no território.

EX2. 6 Promover meios para integrar os conhecimentos tradicionais e necessidades de comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, entre outras, com o planejamento de políticas públicas;

EX2.7 Implementar estratégias de remuneração previstas na Política Nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, como incentivo à geração de renda e melhoria da qualidade de vida;

EX2.8 Desenvolver meios para garantir o protagonismo político das comunidades tradicionais nos espaços participativos e de decisão (comitês, conselhos, audiências públicas, dentre outros).

EX3. 9 Criar e fortalecer espaços de comercialização diretas (Feiras) e estratégias tecnológicas de conexão entre produtores e consumidores, como plataformas, feiras virtuais e espaços físicos para divulgação da disponibilidade de alimentos e realização de pedidos.

EX3. 10 Fortalecer a educação alimentar e ambiental como política estruturante, desde a educação básica até o ensino superior, promovendo consciência sobre alimentação saudável, agroecologia, biodiversidade, sazonalidade dos alimentos e impactos dos ultraprocessados.

EX3. 11 Incentivar cadeias curtas de produção, distribuição e consumo, com fortalecimento das feiras ecológicas, das compras coletivas, das compras públicas institucionais e de outras formas de comercialização direta entre produtores e consumidores.

EX3. 12 Fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia e os produtores locais, valorizando os saberes do campo, a assistência técnica, as escolas técnicas, os cursos de agroecologia e os espaços de formação voltados à produção sustentável.

EX3 13 Ampliar o acesso da população a alimentos agroecológicos, naturais e produzidos localmente, por meio de políticas públicas que aproximem produtores e consumidores e fortaleçam a segurança e soberania alimentar.

EX3. 14 Desenvolver e/ou aplicar instrumentos legais e políticas de proteção à produção agroecológica, incluindo medidas para evitar a contaminação por agrotóxicos, como barreiras vegetais e responsabilização adequada dos agentes causadores da contaminação.

EX3. 15 Incentivar a valorização dos alimentos pela qualidade nutricional, origem e forma de produção, superando a lógica de consumo baseada apenas na aparência visual dos produtos.

EX3. 16 Reconhecer e remunerar os serviços ambientais prestados pelos agricultores, especialmente na preservação de áreas de captação de água, proteção do solo, manutenção da biodiversidade e conservação dos territórios rurais.

EX3.17 Fomentar campanhas educativas para a sensibilização de consumidores para diferenças entre o produto industrializado e oriundo da agricultura familiar/orgânica/sustentável.

EX3.18 Fomentar cooperativas para distribuição de alimentos da agricultura familiar.

EX3. 19 Ampliar orçamento através de políticas voltadas para incentivo e segurança do agricultor.

EX3. 20 Facilitar o acesso das comunidades às políticas públicas, com desburocratização, informação acessível, apoio técnico e presença efetiva do poder público nos territórios.

EX3. 21 Criar programa de regularização e apoio às pequenas unidades de beneficiamento da pesca artesanal e da indústria pesqueira de pequeno porte, garantindo orientação técnica, adequação sanitária, segurança alimentar e condições para participação regular em feiras, mercados locais e políticas de comercialização.

EX4. 22 Qualificar a obtenção e integração de dados para instrumentalizar os diagnósticos necessários a um planejamento multinível e multisetorial com base na realidade dos territórios.

EX4. 23 Escutar ativamente as comunidades, reconhecendo os seus saberes e promovendo a educomunicação nos territórios para construção de políticas públicas qualificadas, que atendam o interesse social e fortaleçam a justiça socioambiental e climática.

EX4. 24 Implementar e fortalecer um sistema integrado de banco de dados, compartilhado entre os diferentes atores sociais.

EX4.25 Implementar e fortalecer um sistema integrado de informações territoriais e ambientais, compartilhado entre poder público, instituições de ensino, sociedade civil e municípios da região, subsidiando a tomada de decisão, o monitoramento, a transparência, a cooperação intermunicipal e a atuação efetiva de comitês, conselhos e comissões.

EX4.26 Adotar Soluções Baseadas na Natureza e Infraestrutura Ecológica. Promover Soluções Baseadas na Natureza por meio da preservação e recuperação de áreas úmidas, banhados, várzeas e áreas verdes, da drenagem sustentável, ampliação da permeabilidade do solo, restauração dos fluxos naturais da água, incentivo a ativos ambientais e ordenamento territorial voltado à proteção dos recursos hídricos.

EX4. 27 Garantir Justiça Climática e Equidade Territorial. Incorporar critérios de justiça climática nas políticas públicas, priorizando territórios e populações mais vulneráveis, por meio de processos permanentes de escuta, diálogo e participação nos territórios, com informação clara e transparente, valorização dos saberes tradicionais e comunitários e garantia de que as contribuições da população sejam efetivamente consideradas na definição, implementação e acompanhamento das ações.

EX4. 28 Fortalecer a Produção e Aplicação de Conhecimento para a Resiliência. Instituir programas permanentes de educação ambiental, protagonismo socioambiental e popularização do conhecimento sobre patrimônio hídrico e mudanças climáticas, integrando escolas, universidades, comunidades e poder público para produzir conhecimento aplicado e ampliar a consciência ambiental da sociedade.

EX4.29 Investir em saneamento, habitação e infraestrutura resiliente. Priorizar a universalização do saneamento básico urbano e rural. Promover moradia digna e a melhoria estrutural das habitações em áreas vulneráveis, com base em diagnósticos territoriais e soluções adequadas às especificidades e modos de vida das comunidades.

EX4.30 Fortalecer a Produção e Aplicação de Conhecimento para a Resiliência. Reconhecer e ampliar o papel das instituições de ensino e pesquisa na geração de dados, monitoramento ambiental, desenvolvimento de tecnologias, bancos de projetos e extensão universitária, fortalecendo a integração entre ciência, gestão pública e comunidades para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências.

EX4.31 Rever e Fiscalizar o Ordenamento Territorial. Revisar os instrumentos de planejamento territorial com ampla participação popular, fortalecendo a proteção das áreas ambientalmente sensíveis, a fiscalização do uso e ocupação do solo, a preservação das áreas verdes e úmidas e a responsabilização por decisões que comprometam a qualidade ambiental e a resiliência das cidades.

EX5. 32 Construir um modelo matemático de mapeamento da vulnerabilidade socioambiental que leve em consideração indicadores interseccionais (raciais, culturais, territoriais, econômicas e hidroceanográficos) para identificação de famílias mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas;

EX5. 33 Construir estratégias de educação a partir de lideranças comunitárias e institucionais;

EX5. 34 Valorizar a cultura, os saberes tradicionais e as identidades territoriais como elementos estratégicos para fortalecer a inclusão social, o pertencimento e a resiliência das comunidades;

EX5. 35 Fortalecer o protagonismo das pessoas e das comunidades, promovendo sua participação ativa na construção de soluções e na tomada de decisões;

EX5. 36 Promover a justiça climática e a equidade por meio de políticas públicas que consolidem a prevenção, a redução das vulnerabilidades socioambientais e a capacidade de resposta das comunidades frente aos eventos climáticos extremos.

EX5. 37 Promover escuta das especificidades de cada comunidade, identificando as peculiaridades de cada território, promovendo ações locais de acordo com as necessidades do próprio território.

EX5. 38 Democratizar informação inclusiva e acessível, a fim de viabilizar o reconhecimento das violências a que grupos sociais mais vulneráveis são submetidos, estimulando movimentos de enfrentamento e protagonismo e desenvolvendo estratégias de comunicação por meio de mídias diversas e acessíveis a toda a população.

EX5. 39 Construir espaços democráticos de discussão para tomada coletiva de decisões, fortalecendo a coparticipação entre a administração pública, instituições de ensino e a comunidade.

EX5. 40 Promover uma política educacional fundada na ética da sustentabilidade desde o ensino fundamental, estimulando o diálogo geracional, a valorização de conhecimentos

ancestrais e fortalecendo movimentos da juventude como vetores de mudanças estruturais e propagadores da economia solidária, segurança alimentar e permacultura.

EX5. 41 Promover ações específicas de proteção de mães-solo, com incentivo à autonomia financeira e oferta de creches próximas do seu local de moradia.

EX5.42 Superar burocracias que não reconhecem movimentos sociais e organizações informais.

EX6.43 Fortalecer os conselhos municipais, em especial o COMPAM e o COMPLAD, assegurando condições para a participação efetiva da comunidade nos processos de planejamento, deliberação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento urbano e às mudanças climáticas.

EX6.44 Instituir mecanismos simplificados de participação popular, por meio da criação de subcomitês organizados por regiões administrativas, com participação da sociedade civil e vinculados ao Comitê para o Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas, a ser lançado durante a II COPSUL.

EX6.45 Promover a aproximação entre a produção científica e a comunidade, assegurando a tradução e a disseminação acessível do conhecimento ambiental por meio da produção de materiais em linguagem clara, da criação de boletins, painéis e observatórios públicos, da realização de ciclos de formação comunitária sobre temas ambientais, da divulgação dos resultados de pesquisas de interesse local em linguagem popular e da promoção de eventos nas comunidades periféricas.

EX6.46 Fortalecer a confiança e a comunicação entre a comunidade, as instituições de ensino, pesquisa e extensão e o poder público, mediante a realização de encontros periódicos entre pesquisadores, gestores e representantes da sociedade, assegurando transparência na execução dos projetos, na aplicação dos investimentos e na divulgação dos resultados alcançados.

EX6.47 Implementar uma rede municipal de observatórios e laboratórios voltados à produção e ao monitoramento de indicadores ambientais, bem como à avaliação de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da capacidade técnica do Município nas áreas de planejamento, licenciamento e gestão ambiental baseada em evidências.

EX6.48 Mobilizar recursos financeiros por meio dos fundos municipais, de financiamentos estaduais, federais e internacionais, de mecanismos de incentivos fiscais destinados a projetos ambientais e da implementação de instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), visando garantir a sustentabilidade das ações de adaptação às mudanças climáticas e de conservação ambiental.

EX6.49 Promover a ampliação da participação das comunidades territoriais por intermédio das estruturas das universidades e institutos federais, com a participação do poder público para tornar acessíveis os temas referentes a Copsul.

EX6.50 Integrar países do bioma pampa (Argentina e Uruguai) no âmbito do tema climático realizando uma Copsul internacional que amplie o diálogo e garanta a voz ativa da sociedade.

Objetivos Importantes

EX1.1 Promover projetos de transição energética no transporte terrestre e fluvial da região através de fomento de políticas públicas substituindo o uso de combustíveis fósseis por energia de fontes renováveis de forma a reduzir custos no transporte público em prol da mobilidade.

EX1.2 Criação de um GT (Grupo de trabalho) compostos por agentes tomadores de decisão, sociedade civil, instituições públicas de ensino para viabilizar e articular as ações de transição energética no território.

EX1.3 Implementar usinas de geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos, com tecnologias de filtragem para não emissão de GEE, visando reduzir os atuais custos operacionais

EX2.4 Implementar práticas e ações de Educação Ambiental de forma transversal com a juventude, professores da rede pública de ensino, dando ênfase no conhecimento das comunidades tradicionais e periféricas. Visa a formação de líderes nas juventudes e nas comunidades atuando diretamente nas ações a serem desenvolvidas: Educação Ambiental e representatividade.

EX2.5 Estabelecer rede de conexão global ampla e investimentos em ações climáticas, mantendo os direitos e salvaguarda dos atingidos, a partir de gestão local para o território, mas também incluir a gestão internacional visando, na governança, a inclusão de diversos atores da sociedade.

EX2.6 Instituir um cargo de gestor ambiental no quadro de servidores públicos municipais, das secretarias municipais de meio ambiente, sustentabilidade e qualidade ambiental.

EX3.7 Promover políticas de incentivo à organização coletiva dos produtores e democratização do acesso à terra, por meio do fortalecimento de associações, cooperativas e redes de produção e comercialização agroecológica.

EX3.8 Integrar a produção de alimentos e a área rural aos instrumentos de planejamento territorial, como os Planos Diretores, fortalecendo a articulação entre desenvolvimento rural, meio ambiente, urbanismo e segurança alimentar.

EX3.9 Melhorar a infraestrutura rural e fortalecer os territórios produtores de alimentos, garantindo melhores condições para produção, distribuição e permanência das famílias no campo.

EX3.10 Valorizar e proteger as sementes crioulas, a agrobiodiversidade e o patrimônio genético regional, serviços ecossistêmicos e ambientais incentivando sua utilização, preservação e abordagem nos espaços educativos.

EX3.11 Implementar comitê para apoiar planejamento de sistemas agro produtivos com ênfase na agricultura familiar, com o primeiro objetivo de realizar o mapeamento da cadeia produtiva sintetizando a situação da no

EX3.12 Adaptar os territórios dos povos e comunidades tradicionais que estão em áreas marginalizadas, ambientalmente frágeis ou desprovidas de condições mínimas de permanência e desenvolvimento.

EX3.13 Ampliar a infraestrutura básica e as condições de mobilidade nos territórios rurais e tradicionais, assegurando acesso a serviços, circulação, produção e comercialização.

EX3.14 Construir políticas públicas a partir da escuta direta das comunidades, reconhecendo seus saberes, experiências e diagnósticos sobre os problemas enfrentados no cotidiano.

EX3.15 Fortalecer ações que reduzam o isolamento das comunidades rurais e tradicionais, promovendo maior integração territorial sem descaracterizar seus modos de vida.

EX3.16 Criar condições para a permanência da juventude no campo e nos territórios tradicionais, por meio de acesso, mobilidade, infraestrutura, oportunidades e valorização dos modos de vida locais.

EX3.17 Incentivar a aquicultura sustentável como estratégia de fortalecimento da cadeia produtiva dos pescadores, promovendo a diversificação da produção, a redução da dependência exclusiva do extrativismo, o beneficiamento em pequena escala e a ampliação das possibilidades de comercialização segura do pescado.

EX4.18 Integrar Políticas Públicas e Governança Colaborativa. Fortalecer a integração entre os governos municipal, estadual e federal, instituições de ensino, setor produtivo, organizações da sociedade civil e municípios da região para planejar, implementar e monitorar políticas públicas integradas de adaptação climática, gestão das águas e resiliência urbana, assegurando cooperação institucional, continuidade das ações e recursos para sua execução.

EX5.19 Criar programas de incentivo à promoção da vida digna, por meio da ética do bem-viver, da agroecologia e economia solidária.

EX6.20 Criar instrumentos que viabilizem o acesso direto de organizações comunitárias aos recursos públicos destinados a projetos ambientais e climáticos, mediante a estruturação de

edital municipal inspirado em experiências como Procultura e ProEsporte, utilizando recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente para fomentar iniciativas da sociedade civil.

Objetivos Consulta Cidadã Online

EIXO 1

1. Reduzir a geração de energia através da queima de combustíveis fósseis, em especial carvão, e investir em tecnologias limpas (eólica, solar, entre outras). Buscar implementar essas alternativas em locais onde a energia disponível é escassa, servindo assim como fator de interesse para implantação de novas empresas e desenvolvimento.
 2. Devem ser consultados todos os atores do território, impactados direta ou indiretamente pelas mudanças."
3. Objetivos da transição energética na região:
- * Ampliar o uso de energias renováveis.
 - * Gerar empregos e desenvolvimento econômico sustentável.
 - * Proteger o meio ambiente e os biomas locais.
 - * Garantir a participação das comunidades nas decisões.
 - * Distribuir os benefícios de forma justa.
 - * Reduzir as desigualdades sociais.
4. Promover a expansão das energias renováveis com geração de emprego e renda.
 5. Garantir planejamento territorial e participação das comunidades locais nas decisões.
 6. Minimizar impactos ambientais sobre ecossistemas e biodiversidade.
 7. Distribuir de forma justa os benefícios econômicos da transição energética.
 8. Incentivar inovação, qualificação profissional e desenvolvimento regional sustentável.

EIXO 2

1. Objetivos da gestão sustentável dos territórios da região:
 - Proteger a biodiversidade e os ecossistemas locais.
 - Promover o uso sustentável dos recursos naturais.
 - Gerar renda sem causar degradação ambiental.
 - Valorizar os conhecimentos tradicionais das comunidades.
 - Incentivar a participação da população nas decisões.
 - Contribuir para a adaptação às mudanças climáticas.

2. A inclusão dos mais necessitados, e a preservação do meio ambiente.
3. Valorizar a produção cultural, econômica, e artística, dessas comunidades, que no município é bastante expressiva em termos quantitativos e qualitativos!
4. Conservar e restaurar ecossistemas naturais, especialmente áreas úmidas, campos e ambientes costeiros.
5. Promover o uso sustentável dos recursos naturais, conciliando conservação e desenvolvimento econômico.
6. Fortalecer a participação das comunidades locais na gestão dos territórios.
7. Valorizar e integrar conhecimentos tradicionais e científicos na conservação e restauração ambiental.
8. Aumentar a resiliência dos ecossistemas e das comunidades frente às mudanças climáticas.

EIXO 3

1. Fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal e os produtores locais.
2. Promover sistemas produtivos sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e ambientalmente responsáveis.
3. Ampliar o acesso da população a alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade.
4. Valorizar os conhecimentos tradicionais e as práticas produtivas locais.
5. Fortalecer cadeias curtas de comercialização e a segurança alimentar regional.
6. Diminuir a utilização de agrotóxicos, e se possível os agricultores familiares transicionarem, ou produzirem de maneira orgânica e agroecológica.
7. Objetivo da Economia do Cuidado e da Regeneração.
8. Objetivos da transformação dos sistemas alimentares da região:
Incentivar a produção sustentável de alimentos.
Fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal.
Garantir o acesso da população a alimentos saudáveis.
Valorizar os conhecimentos e práticas tradicionais.
Reduzir os impactos ambientais da produção agrícola.
Promover a segurança e a soberania alimentar.

EIXO 4

1. Fortalecer a prevenção e a adaptação aos eventos climáticos extremos.
2. Melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos e a segurança no abastecimento de água.
3. Ampliar investimentos em infraestrutura urbana resiliente e sustentável.
4. Reduzir a vulnerabilidade das populações mais expostas a riscos ambientais.
5. Promover a participação social no planejamento e na gestão das cidades e das águas.
6. Investimento em infraestrutura, drenagem, habitação e proteção ambiental.
7. Objetivos do fortalecimento da resiliência urbana e da gestão das águas:
* Melhorar a prevenção e a adaptação às mudanças climáticas.
* Garantir o acesso à água de forma sustentável.

- * Investir em infraestrutura e drenagem adequadas.
- * Proteger áreas ambientais e recursos hídricos.
- * Fortalecer a participação das comunidades nas decisões.
- * Priorizar as necessidades das populações mais vulneráveis.

8. Objetivo da Justiça Climática Territorial

9. Consolidar a prevenção como princípio estruturante da adaptação climática

10. Fortalecer a produção e aplicação de conhecimento para a resiliência territorial

11. Desenvolver capacidades adaptativas e protagonismo comunitário

12. Orientar investimentos para territórios mais resilientes e inclusivos

13. Proteger as cidades contra enchentes e secas usando soluções da natureza e infraestrutura segura.

EIXO 5

1. eduzir vulnerabilidades sociais associadas aos impactos das mudanças climáticas.
2. Fortalecer o acesso à saúde, educação, assistência social e trabalho digno.
3. Promover a inclusão social e a participação comunitária nos processos de decisão.
4. Ampliar ações de educação ambiental e conscientização pública.
5. Fortalecer redes locais de cooperação, proteção social e resposta a eventos extremos.
6. Objetivo principal e respeito as diferenças e o respeito a elas .
7. Os objetivos de levar as comunidades mais distantes como a ilha da Torotama o desenvolvimento social e comunitário
8. Objetivo da Democracia Climática Ativa
9. Objetivos das políticas de promoção e desenvolvimento humano e social na região:
 - Reduzir as desigualdades sociais e econômicas.
 - Garantir acesso à saúde, educação e assistência social.
 - Fortalecer a proteção das populações mais vulneráveis.
 - Incentivar a participação comunitária e a organização coletiva.

Promover a educação ambiental e a conscientização

Gerar oportunidades de trabalho digno e sustentável.

EIXO 6

1. Objetivos do fortalecimento da participação social e da cooperação interinstitucional:
 - * Ampliar a participação da população nas decisões.
 - * Fortalecer a cooperação entre universidades, governo e comunidades.
 - * Incentivar a pesquisa, a ciência e a inovação.
 - * Garantir acesso democrático aos recursos e financiamentos.

- * Promover soluções sustentáveis para os desafios socioambientais.
- * Valorizar o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas.
- 2. Fortalecer a participação da sociedade nos processos de planejamento e tomada de decisão.
- 3. Ampliar a cooperação entre universidades, poder público, setor produtivo e comunidades locais.
- 4. Incentivar a produção e a aplicação de conhecimento científico para enfrentar desafios socioambientais.
- 5. Facilitar o acesso a recursos e financiamentos para iniciativas de desenvolvimento sustentável.
- 6. Promover transparência, diálogo e governança colaborativa no território.
- 7. Acelerar soluções para os desafios socioambientais.